

Balanços patrimoniais Exercicíos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais) Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo 2018 2017 Das atividades operacionais ΝE 2018 2017 Déficit do exercício (1.885)(4.116)Ativo circulante 3 Caixa e equivalentes de caixa 1.613 2.484 Ajustes para reconciliar o (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais Contas a receber 7.566 18 4 7.120 Depreciação e amortização 5 Estoques 326 237 Baixa de valor residual de imobilizado e intangível 85 Outras contas a receber 96 135 Provisão para rescisões trabalhistas (449)Total do ativo circulante 9.155 10.422 Provisão para contingência 120 Provisão para encargo INSS - Cebas (2.566)1.064 Ativo não circulante (4.331)(3.398)(Diminuição)/aumento nos ativos e passivos Total do ativo 9.155 10.422 Contas a receber 2.331 1.075 Estoques (89)107 **Passivo** Outras contas a receber 39 (37)Partes relacionadas 146 NE 2018 2017 Depósitos judiciais 16 Passivo circulante Fornecedores 783 2.683 Fornecedores 7 3.853 3.069 Obrigações sociais e trabalhistas 151 324 Obrigações sociais e trabalhistas 8 1.317 1.166 Obrigações fiscais (6) 6 Obrigações fiscais 9 23 29 Outras obrigações 251 (241)Outras obrigações 10 251 681 2.376 Caixa (aplicado)/gerado nas atividades operacionais (871) Partes relacionadas 6 2.376 Provisão para contingências 12 120 Total do passivo circulante 7.940 6.641 Das atividades de investimento Adições ao ativo imobilizado e intangível Passivo não circulante (13) Caixa (aplicado) nas atividades de investimento 3.781 Provisão encargos INSS Cebas 1.215 Total do passivo não circulante 1.215 3.781 (Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (871) 668 Total do passivo 9.155 10.422 Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 2.484 1.816 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 1 613 2 484 (Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (871) 668

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	NE	2018	2017
Receita de serviços		28.974	22.863
Custo dos serviços prestados Resultado bruto	13	(29.027) (53)	(22.608) 255
Receitas/(despesas) operacionais Gerais e administrativas Receitas financeiras Despesas financeiras	14	(1.802) 14 (44)	(4.350) 26 (47)
Déficit do exercício	,	(1.885)	(4.116)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, nº 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil – HMI, operada pelo Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O quinto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 29 de junho de 2018 e término em 28 de junho de 2019, com o valor global estimado em R\$ 32.645.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 11 de abril de 2018 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, consequentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017, abrangem apenas as operações da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contrato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 22 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.9. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

2.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.11. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação da MNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

2019

2017

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2017
Caixa e bancos	1.000	2.071
Aplicações financeiras	613	413_
	1.613	2.484

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanco.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

Contas a receber

	2018	2017
Repasse de custeio (i)	2.156	1.115
Repasse de ressarcimento (ii)	4.964	3.916
Direito de execução de contrato (iii)	<u></u> _	2.535
	7.120	7.566

- (i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;
- (ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado;
- (iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim demonstrada:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

		Repasse de custeio	Repasse de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Total	
	Saldo inicial	1.115	3.916	2.535	7.566	
	Faturamento	29.126	-	(152)	28.974	
	Recebimento de recursos	(13.434)	(2)		(13.436)	
	Glosas	(13.815)	-	-	(13.815)	
	Apuração de resultado	-	-	1.885	1.885	
	Ajuste de repasse de custeio	(26)	1.050	(1.024)	-	
	Ajuste de contas a receber	(810)	-	810	-	
	Baixa do saldo – Diversos	-	-	(3)	(3)	
	Baixa do saldo – CEBAS	-	-	(4.303)	(4.303)	
	Transferência para o passivo	-	-	250	250	
	Outros			2	2	
	Saldo final	2.156	4.964		7.120	
5.	Estoques		0040		2047	
	M P .		2018		2017	
	Medicamentos			80 126		50 111
	Material médico hospitalar			16		19
	Materiais de limpeza Materiais de expediente			27		26
	Materiais de expediente Materiais diversos e outros			27 77		31
	Materials diversos e outros			326		237
•	Posto sulosianados					
6.	Partes relacionadas					
			2018	<u> </u>	2017	
	Passivo Hospital Materno Infantil – HMI			2.376		2.376
	1 lospital Materilo Illiantii – Hivii		-	2.376		2.376

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da MNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2018	2017
Provisões para férias	643	614
Salários e ordenados	424	353
IR sobre folha	80	64
FGTS a recolher	66	55
Encargos sobre férias	51	49
INSS a recolher	52	30
PIS s/ folha de pagamento	-	-
Outras	1	1
	1.317	1.166

9. Obrigações fiscais

	2018	2017
PIS/COFINS/CSLL a recolher	2	2
INSS a recolher – PJ	6	13
ISS a recolher	10	11
IRPF a recolher	5	3
	23	29

10. Outras obrigações

	2018	2017
Repasses de Recursos Retidos a Exec (a)	250	-
Outras contas a pagar	1_	1_
	251	1
	-	

⁽a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses. Os déficits e superávits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos são lançados nas contas a receber, conforme movimentação na nota 4. Quando o saldo apresentado é credor, o montante é transferido para o passivo, nesta conta.

11. Provisão para encargo INSS - CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2018, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2018.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2018 a dezembro de 2018, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram a seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial	3.781	2.717
Provisão INSS - CEBAS	1.737	1.521
Reversão de provisão (i)	(4.303)	(457)
Saldo final	1.215	3.781

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2018.Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide Nota Explicativa n°4.

12. Provisão para contingências

A Entidade figura como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2018, existe um processo cível classificado como de perda "Provável" pelos assessores jurídicos e foi constituída Provisão para contingências pela Administração no valor de R\$ 120.

A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhista classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 181.

13. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Medicamentos e materiais (a)	(980)	(900)
Pessoal (b)	(22.984)	(16.395)
Serviços prestados (c)	(5.063)	(5.313)
	(29.027)	(22.608)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2018	2017
Medicamentos	(198)	(185)
Materiais hospitalares	(405)	(447)
Gases hospitalares	(19)	(13)
Materiais de laboratório	(11)	(10)
Dietas enterais	-	(1)
Materiais de uso e consumo	(347)_	(244)
	(980)	(900)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2018	2017
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(13.677)	(8.246)
Salários e ordenados	(4.527)	(3.939)
INSS - CEBAS (ii)	(1.736)	(1.521)
13° salário	(540)	(448)
Férias	(700)	(622)
Rescisões	(50)	(73)
Prêmios e gratificações	(148)	(128)
Horas extras	(153)	(222)
Adicionais	(776)	(638)
Vale transporte	(96)	(85)
Contingência Trabalhista	(120)	-
FGTS	(491)	(549)
Outros	30	76
	(22.984)	(16.395)

- (i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da MNSL, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/MNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na MNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.
- (ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa nº 11.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	2018	2017
Honorários médicos	(3.390)	(2.881)
Serviço de limpeza e higienização	(70)	(48)
Serviço de lavanderia	(271)	(290)
Serviço de segurança patrimonial	(437)	(441)
Serviço de laboratório e radioterapia	<u>-</u>	(38)
Serviço de nutrição	(399)	(1.385)
Serviço de engenharia clínica	(357)	(230)
Glosa Fornecedores SES	(139)	-
	(5.063)	(5.313)

14. Despesas administrativas

	2018	2017
Serviços de manutenção	(12)	(2.535)
Serviços de processamento de dados	(189)	(182)
Serviços gerais	(920)	(1.063)
Alugueis imóveis	(14)	(11)
Aluguéis gerais	(500)	(233)
Impostos e taxas	(32)	(64)
Serviços gerais	(135)	(230)
Depreciação e amortização Bens permanentes	<u></u>	(32)
	(1.802)	(4.350)

15. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da MNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Lucas Silva Carvalho Contador CRC BA 033770/O Joel Sobral de Andrade Presidente